

RESENHAS

A FAMÍLIA COMO ESPELHO: UM ESTUDO SOBRE A MORAL DOS POBRES

Cynthia Andersen Sarti

São Paulo: Editora Autores Associados, 1996. 128 p.

Com sua escrita leve, Sarti nos conduz a uma prazerosa leitura, algo raro em temas sociológicos, nos quais a seriedade está normalmente associada à sisudez.

Organizado em cinco capítulos, cada um deles com várias subdivisões, a leitura do livro flui ao sabor das reflexões da autora. Assim nos leva a acompanhar toda a trajetória da pesquisa iniciada em 1979 para a dissertação de mestrado: desde o convívio com alguns moradores da periferia de São Paulo (São Miguel Paulista) até às questões que instigaram a continuidade da tese de doutorado: entender quais as categorias morais com que os pobres organizam e dão sentido ao mundo social, do qual fazem parte. As famílias investigadas compõem um grupo bastante específico, de adultos migrantes, muitos de origem rural, e de jovens e crianças nascidos e criados em São Paulo. Características estas que, com certeza, marcam um certo tipo de convívio, cujas relações sociais diferem de outros grupos pobres. A condição de migrante, neste caso, é um forte componente na tessitura das relações sociais. De um lado, no amparo dos familiares já residentes na grande cidade; de outro, na recorrência a uma rede de relações interpessoais com seus iguais que garantirá sua integração ao meio urbano.

Apesar da recorrência da categoria "família pobre" no singular, Sarti está se referindo, a partir de um determinado ponto de vista, a um grupo específico de pobres. Deixa claro as diferentes nuances que vêm envolvendo essa temática nas ciências sociais e neste sentido, ao resgatar os sujeitos pobres, traz uma importante contribuição aos estudos sobre pobreza, que, como ela mesma diz, tradicionalmente, enfatizam a condição social dos pobres ou a partir da exploração do trabalho pelo capital ou pela ausência de reconhecimento de seus direitos. O resultado deste tipo de abordagem é a "desatenção para a vida social e simbólica dos pobres no que ela representa enquanto po-

sitividade concreta, a partir da qual se define o horizonte de sua atuação no mundo social e a possibilidade de transposição desta atuação para o plano propriamente político" (p.18). Com isso nos alerta para a relatividade da categoria pobreza, para a impossibilidade de aprisioná-la a um eixo de classificação unívoco. Sarti procura, ao longo do seu trabalho, se contrapor a uma recorrente abordagem do pensamento social brasileiro que reduz a pobreza e seus sujeitos a uma dimensão negativa, como, por exemplo, a idéia de dependência em relação a uma "elite iluminada", cujo saber moderno age em benefício dos excluídos. Para ela, a permanência de valores tradicionais dos pobres não se configura em obstáculo à mudança; sugere apenas uma maneira própria de se relacionarem frente à sociedade.

Sendo assim, a família surge para os pobres como o meio pelo qual a adaptação ao mundo social se viabiliza, sendo "o próprio substrato de sua identidade social" (p.33). As famílias pesquisadas por Sarti revelam a permanência de valores tradicionais e padrões patriarcais, padrões que "reafirmam a autoridade masculina pelo papel central do homem como mediação com o mundo externo" (p.37) e que sugerem a reiteração de uma hierarquia entre o homem e a mulher, entre os adultos e as crianças. As famílias pobres de São Miguel Paulista parecem indicar um padrão de permanência dos papéis sexuais na organização familiar, que pressupõe o homem (como esclarece a autora, pode não estar centrado na figura do pai, mas na de um filho mais velho, por exemplo) como chefe provedor, donatário da autoridade moral, e a mulher como dona de casa, numa aparente relação de complementaridade.

Isto não significa que a família pobre se constitua em um núcleo. Pelo contrário, suas relações se estabelecem em "(...) ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos" (p.40). Nessa trama de obrigações morais, os filhos ocupam um lugar de destaque: eles conferem sentido à própria existência da família, definin-

do moralmente os papéis familiares. As crianças são também, muitas vezes, o elo que tece a rede de solidariedade parental, especialmente diante da necessidade de arranjos familiares no cuidado com os filhos.

O trabalho é, além da família, outro elemento constitutivo da identidade do pobre no mundo urbano. É por meio dele que a vida familiar se viabiliza, pois o trabalho é "concebido como parte complementar das atribuições familiares, segundo a lógica de obrigações que caracteriza as relações familiares" (p.73). Estabelece no universo simbólico do pobre uma distinção positiva com o "outro", que, neste caso, pode tanto ser o vagabundo pobre, sem disposição para trabalhar, como o rico/patrão que apenas compra a força de trabalho. Contudo, seguindo a lógica das atribuições específicas aos papéis sexuais nestas famílias, uma mesma moral do trabalho adquire diferentes significados para homens e mulheres. Sarti nos mostra que o trabalho de provedor é próprio da função masculina, já o trabalho da mulher é referido a partir do lugar dela no universo familiar. Isto não significa que estas mulheres não exerçam algum trabalho remunerado, este se institui na lógica das obrigações familiares — que estão em primeiro plano. Nesta perspectiva, o trabalho remunerado não se configura, segundo Sarti, obrigatoriamente em um meio de afirmação individual para a mulher. O processo de individuação destes sujeitos é dependente de uma rede de relações. O mundo do trabalho tanto de homens quanto de mulheres pobres só pode, então, ser compreendido se for levado em consideração seu valor moral, a partir de um modelo de relações de obrigações próprias ao universo familiar.

A pesquisa de Sarti vai mais além das relações intrafamiliares. Buscando compreender a forma como os pobres se situam no mundo social, procura "discutir como os moradores da periferia constroem fronteiras simbólicas de diferenciação entre si e que sentido tem esta construção" (p.90). Características como a confiança e a solidariedade são fundamentais no estabelecimento de relações, inclusive em detrimento de parentes consangüíneos. Estes vínculos, traduzidos em obrigações morais, tornam-se, em certas condições, mais importantes do que os elos de sangue.

No entanto, "solidariedade e rivalidade não caminham juntas", uma vez que seu vizinho, tal como um espelho, atua como parâmetro de identificação positiva e negativa, reflexo de uma sociedade que também é constituída por contrastes e desigualdades.

Sem dúvida, trata-se de um trabalho que nos leva a refletir sobre algumas teses há muito enraizadas nas ciências humanas, em especial nos estudos sobre as famílias. Para tais estudos, o debate promovido por esta pesquisa será agitado, porém fecundo.

Sandra Ridenti

GÊNERO E SAÚDE

Marta Júlia Marques Lopes, Dagmar Estermann Meyer e Vera Regina Waldow (orgs.)
Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 156 p.

Gênero e Saúde reúne trabalhos de autores com formação nas áreas da educação, sociologia, história, psicologia, enfermagem e serviço social no Brasil, América do Norte e Europa. A obra divide-se em duas partes. A primeira, composta de quatro capítulos, discute elementos teóricos sobre a questão de gênero. A segunda parte apresenta seis capítulos que articulam gênero, saúde e trabalho através de relatos de pesquisa.

Este trabalho é o segundo de uma série de três livros das organizadoras. O primeiro, *Maneiras de cuidar, maneiras de ensinar*, voltava-se especialmente para abordagens históricas, sociais e culturais do saber e do fazer em enfermagem no Brasil.

O que caracteriza o livro aqui comentado é uma abertura para um debate maior, qual seja o de gênero, poder, saúde e trabalho em distintos contextos sociais e culturais. O livro não se restringe a uma concepção única de feminismo e gênero, mas lida com a pluralidade destes referenciais, sem perder sua articulação teórica.

Do ponto de vista da sociologia da saúde, seu principal mérito é romper com as abordagens "médico-centristas" que fazem com que em alguns países,